

ESS

05/02/99

Pg A-2

45

WASHINGTON NOVAES

Quem somos, de onde viemos

Imagine o leitor, principalmente o que mora nas grandes cidades, regiões do Cerrado onde pequenos rios de águas cristalinas correm sobre pedras e capim sedoso, entre buritis e canelas-de-ema. Aqui e ali, as águas precipitam-se em corredeiras e cachoeiras. Em seguida, descansam em piscinas naturais e retomam seu curso, formam novas corredeiras e cachoeiras, até desembocarem num rio maior – no caso, o Araguaia.

Imagine agora o leitor tudo isso sepultado pelas águas dos reservatórios de várias hidrelétricas. É exatamente o que está previsto. O primeiro estudo de impacto ambiental de uma das quatro hidrelétricas planejadas para o Alto Araguaia – Couto de Magalhães – já chegou ao Ibama e aos órgãos ambientais de Goiás e Mato Grosso. Prevê-se uma audiência pública para o início de março. Se for aprovado, a usina, para instalar uma potência de 220 MW, inundará 47,71 km² e fará desaparecer a cachoeira. Os EIA-Rimas das outras três usinas devem vir em seguida. Juntas, as quatro inundarão 1.390,71 km² de lugares como Couto de Magalhães. Mais que o lago da Usina de Itaipu, embora a capacidade conjunta das novas hidrelétricas seja equivalente a apenas umas quatro turbinas da usina do Paraná.

Depois, se tudo isso der certo, talvez venha a Usina de Santa Isabel, já no Baixo Araguaia, também prevista, com capacidade bem maior e área de inundação gigantesca (por causa do desnível mínimo), atingindo até parte da Ilha do Bananal. E as hidrelétricas do Xingu (só em Belo Monte, mais 11 mil MW), que tanta confusão já deram, até com uma caiapó encostando o facão no pescoço de um diretor da Elettronorte.

As razões são as de sempre: “ameaça de déficit no fornecimento” e necessidade de lici-



O que acontecerá à água, à terra, ao ar acontecerá no nosso corpo

tar as novas usinas. Inútil argumentar que a ameaça de déficit e blecautes vem sendo apregoada há 15 anos e eles nunca acontecem. Inútil lembrar que a oferta de energia no ano passado aumentou 6,7%, com a potência instalada passando de 59.525 MW para 63.981 MW, enquanto o consumo só aumentou 2,3% até novembro em São Paulo, o Estado que responde por quase metade da demanda. Inútil ponderar que mais oito hidrelétricas foram licitadas em 1998 e acrescentarão quase 3 mil MW de potência, sem falar em quase 2 mil MW das 16 termelétricas autorizadas. Ou que a capacidade de Tucuruí está sendo dobrada.

Da mesma forma, cai em ouvidos moucos trazer à baila estudos que mostram perdas superiores a 50% na matriz energética brasileira, na passagem da energia primária para secundária e nos equipamentos finais. Estudos que reforçam a prioridade para investimentos em conservação de energia (algumas vezes menores por KW que a geração “nova”), não em aumento da capacidade instalada. Apesar deles, o planejamento oficial é de conservar apenas 0,25% do consumo anualmente e chegar ao fim de 20 anos com uma economia total de uns 5%, apenas, que é o crescimento nos anos de expansão econômica.

Não se quer discutir que a demanda brasileira só é calculada em função do consumo no horário de pico, que inclui apenas três horas diárias, e no restante do tempo há sobra de energia, que pode chegar a mais de 70% em horários da madrugada. Muito menos discutir a possibilidade – principalmente em hora de crise e dificuldade de investir, como a que o País atravessa – de relocar atividades produtivas para esses horários mortos. Sem necessidade de novos investimentos fixos em construções e equi-

pamentos, contando ainda com a possibilidade de tarifas menores. Mais produção, custos menores, mais empregos.

Tampouco se cogita de examinar se vale a pena o País investir o que não tem para fornecer energia, a preços subsidiados (que a sociedade toda paga), para produtos que outros países não querem gerar, por seus custos energéticos e ambientais (como o alumínio).

Nada disso entra no debate. E não é diferente – para ficar apenas no caso do Rio Araguaia – de outros projetos. Como o da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que o Ministério dos Transportes e os governadores não se cansam de endossar. Antes de qualquer exame sobre a adequação ambiental. Antes de se ter discutido se é a melhor alternativa em termos econômicos e sociais para a região. Tudo para exportar uma produção de grãos quase inexistente na área de influência, de acordo com a primeira versão do próprio EIA-Rima do projeto, tão grotesca que não foi sequer aceita para discussão pelos próprios órgãos ambientais.

Agora, o “dernier cri” no Centro-Oeste e no Cerrado é a suinocultura. Festeja-se a transferência para a região de empreendimentos que se tornaram inviáveis pelo “aperto” das normas ambientais no sul do país – após o desastre que produziram nas bacias hidrográficas – ou na Europa, também por causa dos problemas ambientais e sanitários. A Holanda, por exemplo, já determinou uma redução de 25% em seu plantel de suínos, até o ano que vem (haverá outras, em seguida), assim como reduziu o número máximo de animais por criadouro e as transferências de animais de um lugar para outro (para engordar). Os EUA igualmente reduziram seu plantel. Europeus e norte-americanos estão assustados com os problemas sanitários, já que bois, porcos (principalmente estes) e frangos estão-se transformando em hospedeiros e transmissores para os seres humanos de bactérias e vírus desconhecidos ou super-resistentes. Em 15 países europeus, quatro antibióticos que vinham

sendo usados em animais foram proibidos, para impedir que transfirmam para seres humanos – que também os usam – aquelas espécies.

Mesmo assim, festeja-se por aqui. Ainda que um único empreendimento pretenda transferir da Europa para um município mato-grossense a criação de 100 mil matrizes, que, com sua prole de dez leitões cada uma, formarão uma população de 1 milhão de animais. Como os efluentes gerados pelos suínos têm uma demanda bioquímica de oxigênio (DBO) equivalente a 25 vezes a das fezes humanas, para serem processadas, só esse empreendimento significará, na fase final, com os porcos já gordos, a geração de efluentes igual à dos esgotos domésticos de uma cidade de 25 milhões de habitantes. Sem falar em acidificação do solo, contaminação dos recursos hídricos, etc. Mas não se prevê, nem ali nem em outras partes do Centro-Oeste, tratamento prévio para os efluentes. Aumentaria os custos, reduziria a competitividade – argumentasse. E ponto final. No futuro, a sociedade pagará.

Enquanto isso, na Europa – como relatou um dia destes o ex-presidente Sarney –, os franceses estabaleceram uma Associação de Não-Criadores de Porcos (!), que receberá subsídios do governo proporcionais ao número de suínos que eles deixarem de criar.

Por esses caminhos, água e terra, aqui, seguirão o percurso da insustentabilidade. Enquanto a sociedade aceitar e só discutir crises conjunturais, sem pôr em questão os modelos que nos regem. Mas cada pessoa pagará, no próprio corpo, o preço. Porque nos esquecemos de que somos feitos de água e minérios, dependemos da qualidade do ar que respiramos. O que acontecerá à água, à terra, ao ar acontecerá no nosso corpo.

E tudo veio do espaço (infinito?) que nos cerca. Matéria que já passou por um número inimaginável de situações e lugares. Memória cósmica. Um privilégio, um dom. Que merece mais respeito.